

# CONTRA A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO RIO

# ESCOLA É LUGAR DE DEMOCRACIA



Os problemas em escolas públicas se configuram em ataques realizados deliberadamente por governos e pela própria Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC). Eles fazem parte de um projeto político maior, que visa a precarização do serviço público para justificar a privatização e concretizar o modelo de ensino para as classes populares ocuparem vagas de trabalho de menor qualificação e maior exploração. Ou seja, o desmonte da Educação Pública Estadual é um projeto estatal, que objetiva o avanço da terceirização, lucro de empresas de capacitação, formação de mão-de-obra barata, disciplinada e abundante para postos precarizados de trabalho e maximização da acumulação de capital por empresários.

**E d u c a d o r e s**, estudantes, comunidades escolares, sindicatos e movimentos sociais já vêm denunciando a precarização da educação pública como um projeto político

há anos e os governos têm criado estratégias de controle e criminalização daqueles/as que lutam por uma educação pública, gratuita, laica, universal e de qualidade. Atualmente, com as administrações do Crivella, Witzel, Bolsonaro e suas cúpulas, vivenciamos governos militaristas, religiosos e autoritários, com crescente fechamento do regime. Nessa conjuntura, o atual governo do estado do Rio de Janeiro impõe o projeto Cuidar para as escolas estaduais, apresentando-o não por escrito, como os projetos devem ser colocados, mas através da mídia de massa, o que causa confusão e indignação.

Assim, o atual secretário de educação, Pedro Fernandes, apresenta "de boca" um projeto de caráter militarista, autoritário e sem transparência, nomeado "Cuidar". Ele é colocado como a solução para a falta de inspetores(as) e porteiros(as) nas escolas da Rede Estadual a partir da contratação de pessoas alheias ao processo pedagógico.

De acordo com vídeos do secretário, essas pessoas devem ter a capacitação de primeiros socorros e artes marciais, poderão tomar decisões sem consultar a direção da unidade ou outro ator da comunidade escolar, terão à disposição câmeras para filmar "cenas suspeitas" e poderão chamar viaturas para as escolas públicas do Rio de Janeiro.

## Em luta contra o desmonte da escola pública

Fruto de anos de descaso com a Educação, as escolas públicas vivenciam diversos problemas. Os/As professores/as estão, por exemplo:

- Sem reajuste salarial há 5 anos;
- Com plano de carreira congelado;
- Sem o 1/3 de planejamento.

Os funcionários sofrem muitos ataques, como:

- Salário menor do que o mínimo!
- Congelamento salarial.

Os alunos não possuem condições adequadas no processo de ensino-aprendizagem. Eles enfrentam inúmeros problemas, como:

- Fechamento de turmas, turnos e escolas;
- Diminuição drástica do número de vagas (no início do ano letivo de 2019, por exemplo, havia mais de 20 mil alunos sem escola, segundo números oficiais da própria SEEDUC);
- Superlotação de turmas.

De maneira geral, as unidades educacionais possuem:

- Precária infraestrutura, com edifícios antigos necessitando de obras estruturais;
- Grande carência de funcionários/as administrativos e outros/as profissionais de apoio, como porteiros(as) e inspetores(as), tão fundamentais para o dia-a-dia das escolas.

**CONCURSO PÚBLICO JÁ PARA FUNCIONÁRIOS E PROFESSORES!**

# Quem são os indivíduos que ganhariam em torno de R\$ 2 mil reais por mês para exercer o “Projeto Cuidar”?

Primeiramente o governo falou em egressos das forças armadas e, posteriormente (Devido à péssima recepção), estendeu também a pessoas com habilidades em artes marciais e práticas de primeiros socorros; realizando um recorte militarista mais simplificado. Contudo, não são essas “habilidades” as necessárias ao ambiente escolar e, muito menos, as funções destinadas aos profissionais de apoio, que devem prezar por uma educação crítica e libertadora. Escola não é lugar de apologia às forças militares, muito menos lugar para se estimular qualquer forma de violência, coerção e o medo.

Sem contar que chega a ser ilógico em um Brasil, que bate na casa dos 13 milhões de desempregados(as), a ideia de se contratar um reservista das forças armadas, que já tem garantido um gordo soldo, em detrimento de um concursado(a) que, sem dúvida (e absurdamente), ainda receberia bem abaixo desse valor destinado aos “desprivilegiados” militares.

Atualmente, vivemos uma crise mundial do capitalismo e os países imperialistas, organismos internacionais e transnacionais, com a contribuição da elite dos países colonizados, pretendem resolver essa crise e maximizar os lucros dos empresários e banqueiros a partir da intensificação da exploração dos(as) trabalhadores(as), principalmente dos países mais pobres, da retirada de direitos arduamente conquistados pelo povo, da criminalização dos movimentos sociais e do controle das massas.

Com a Reforma do Ensino Médio e Base Nacional Comum Curricular, os governos visam uma capacitação precária para as classes populares ocuparem postos de trabalho de maior exploração. Com a Reforma Trabalhista, os governos almejam uma maior flexibilização e precarização

do trabalho, extinguindo direitos trabalhistas, como a carteira assinada, salário mínimo, décimo terceiro e férias. Com a Reforma da Previdência, os governos objetivam destruir o sistema previdenciário, colocar apenas os/as trabalhadores/as como responsáveis pela sua aposentadoria e forçar o povo a trabalhar até morrer. Com o avanço da militarização, em escolas públicas por exemplo, os governos visam fiscalizar e criminalizar àqueles(as) que lutam por justiça social. Todos esses ataques ao povo estão relacionados e eles se propõem a intensificar o projeto estatal de reforçar a exploração e controle dos/das trabalhadores/as e o acúmulo de capital dos empresários.

Para barrar essas medidas anti-povo, contribua, como membro da comunidade escolar, para a formação de espaços críticos e ativos em sua escola, como o Grêmio Estudantil e o Conselho Escolar; colabore para a construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de sua escola garantindo a autonomia e formação consciente. O PPP, Grêmio e Conselho Escolar são instrumentos de luta imprescindíveis em uma unidade educacional e todos(as) devem respeitar suas decisões. Além disso, organize-se em seu sindicato; ele é de suma importância para a classe trabalhadora alcançar suas reivindicações!

“Cuidar” das escolas públicas é investir na Educação e valorizar seus(suas) alunos(as) e profissionais. Todo orçamento já gasto com a militarização (incluindo os milhões gastos com o PROEIS entre 2012 e 2015) deve ser utilizado em concursos públicos e melhorias da infraestrutura da escola, para que tenhamos profissionais e ambiente adequado para o processo de ensino-aprendizagem.

Isso é CUIDAR! O que o Governo faz é DESCUIDAR!

## O Sepe exige o fim desse projeto, por que:

A solução não é a militarização! Reivindicamos concurso público para porteiros/as, inspetores/as, cozinheiros/as, psicólogos/as, assistentes sociais e outros/as profissionais que contribuam para o processo de ensino-aprendizagem;

O “Projeto Cuidar” seria implantado com verbas públicas a custo anuais, conforme divulgado na grande mídia, de 40 milhões de reais. Essa cifra gigantesca seria conseguida via desvios ilegais de verbas públicas destinadas exclusivamente à Educação para investimentos e melhorias na mesma.

Tais verbas não podem ser empenhadas para intensificar projetos autoritários, de cunho militarista, notadamente antipedagógicos.

Tanto que o MP-RJ já condenou o Estado a devolver cerca de 150 milhões de reais gastos com o PROEIS (Projeto de caráter parecido ao “Projeto Cuidar”) entre os anos de 2012 e 2015, com a justificativa de desvio de recursos da Educação.

### “Projeto Cuidar” é o fim da autonomia escolar

O “Projeto Cuidar” almeja fiscalizar e contribuir para a criminalização de docentes, discentes, funcionários/as, responsáveis e direções críticas e ativas na construção de espaços escolares democráticos e formadores de indivíduos conscientes e combativos no que tange à transformação de uma sociedade mais justa. Com esse projeto, o governo pretende tirar a autonomia da escola e avançar com o “Escola com Mordaça”.

Com a militarização de escolas públicas, os governos intentam intensificar a criminalização e extermínio da população negra, pobre e oriunda de comunidades.



SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / SEPE-RJ  
Endereço: Rua Evaristo da Veiga, 55, 7 e 8º andares - Cinelândia/Centro, Rio de Janeiro/RJ  
Telefone: (21) 2195-0450 página: www.seperj.org.br face: www.facebook.com/Seperj/

### ABAIXO-ASSINADO CONTRA A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS

A militarização de escolas públicas se coloca no centro do debate educacional pelo Decreto 9.465, publicado no segundo dia de governo Bolsonaro e que estabelece a possibilidade promover a adesão do modelo de escolas cívico-militares nos sistemas de ensino municipais, estaduais e distrital.

Na rede estadual do Rio de Janeiro, a militarização chega através da criação de unidades escolares dirigidas por forças policiais - como a já anunciada unidade no bairro do Itrajá em parceria com a Polícia Rodoviária Federal - e do projeto Cuidar, que colocará egressos do serviço militar para cumprir funções de portaria, inspeção de aluno, recebendo salários superiores aos daqueles que já trabalham nas escolas cumprindo estas funções. Sob a justificativa de coibir a violência, a SEEDUC cria ainda, o botão do pânico - publicado em DO no dia 24 de junho - um aplicativo usado pelos militares que atuarão nas escolas e que transmitirá imagens internas para uma central da Secretaria, sem precisar passar por decisão de direção da unidade escolar e sob o custo de 51 milhões de reais, verba suficiente para contratar dois mil porteiros e inspetores concursados para as escolas.

Nós, abaixo-assinados, nos colocamos contra criação das unidades militares, contra o “Projeto Cuidar” e contra o “botão do pânico” por entendermos que a perspectiva pedagógica de resolução da violência deve sempre prevalecer sobre a perspectiva da repressão militar; que o espaço de aprendizado não pode reproduzir os conflitos que os estudantes já vivem em seu espaço de moradia, entre moradores de áreas pobres e forças policiais, o que pode levar as escolas a virarem um barril de pólvora; que as mesmas funções dentro do espaço de trabalho deve ter a mesma remuneração, respeitados os planos de carreira e que as direções das escolas não podem perder a autonomia na resolução de conflitos. Como forma de solução dos problemas de violência, propomos que todo o orçamento gasto com militares seja utilizado para concursos públicos para professores, inspetores, porteiros, merendeiras, psicólogos e assistentes sociais, criando uma estrutura de bem-estar social capaz de solucionar de forma eficaz os gravíssimos problemas de violência nas escolas.

NOME COMPLETO	IDENTIDADE	ASSINATURA
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		
6.		
7.		
8.		
9.		
10.		

Assine e divulgue o abaixo-assinado do Sepe contra a Militarização das Escolas

**PELO FIM DE QUALQUER PRÁTICA, PROJETO OU PROGRAMA LIGADO À MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO! LUGAR DE MILITAR NÃO É NAS ESCOLAS!**